

AÇÃO COLETIVA E CONFRONTO POLÍTICO: UMA LEITURA DAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL¹

GUSTAVO PACCELLI²

RESUMO:

Junho de 2013 foi um mês extraordinário na sociedade brasileira. A mobilização em massa tomou conta das ruas das principais cidades do país estendendo-se, no decorrer dos dias, aos centros médios e periféricos. As questões pautadas pelos manifestantes demonstraram-se como fontes de consenso e divergência na condução do conflito político. Concomitantemente, a prospecção de que o país vivia numa inércia social foi contradita por uma maneira relativamente nova de ação coletiva respaldada e incentivada, principalmente, pela gramática da internet. Através dos blogs, redes sociais e **mídias alternativas, os manifestantes propagaram suas indignações e reuniram forças** para o confronto político questionando o poder instituído nas trincheiras da política e nos discursos propagados pela grande mídia. Por intermédio deste panorama, o presente artigo procura oferecer uma interpretação possível sobre as manifestações de Junho de 2013 que contemple três principais eixos: as características sobre o ativismo social na contemporaneidade; a ação coletiva de confronto e suas repercussões; e as consequências de Junho para sociedade brasileira.

¹O presente artigo é referente ao projeto desenvolvido em dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, cujo tema foram as manifestações de junho de 2013 no Brasil financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

²Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Manifestações de Junho; Ação Coletiva; Confronto Político

ABSTRACT:

June 2013 was an extraordinary month in Brazilian society. The mass mobilization took to the streets of the main cities of the country extending, over the days, the average and peripheral centers. The issues guided by protesters demonstrated as consensus and divergence sources in conducting the political conflict. Concomitantly, the prospect that the country lived in a social inertia was contradicted by a relatively new way of collective action supported and encouraged primarily by the internet grammar. Through blogs, social networks, and alternative media, protesters spread their indignities and joined forces for political confrontation questioning the power set in the trenches of politics and discourse propagated by the mainstream media. Through this background, this article seeks to provide an interpretation as possible of the events of June 2013 covering three main areas: the characteristics of social activism in contemporary times; the collective action of confrontation and its consequences; and the consequences of June for Brazilian society.

Keywords: Manifestations of June 2013; Collective Action; Political confrontation

1 • PARA COMEÇO DE CONVERSA

O problema conceitual que envolve uma interpretação sobre o fenômeno que se deu em Junho de 2013 nos faz levar em conta qual o tipo de categorização que podemos dar àquele evento. Provavelmente, nossa preocupação está em buscar nas literaturas adjacentes à especificidade do fato para encontrar conceitos que ilustrem tal realidade. De fato, tratar Junho somente como uma mobilização em massa não resume a abrangência do fenômeno nem ao menos nos oferece diretrizes importantes para a interpretação do mesmo, dado o fato de que encontramos em um único evento diversos setores da sociedade, sejam eles organizados ou não. O ativismo social demonstrou suas nuances, divergências e extremismos. Concomitantemente, a base através da qual se deu a dinâmica do movimento nos remete, no limite, para um único ponto: o uso das mídias digitais como mecanismos de ação e mobilização. Esse ponto em comum é uma

característica intrínseca dos tempos atuais no qual a ação coletiva é permeada pelo contexto virtual da internet.

Neste sentido, o que se busca aqui é utilizar principalmente de definições do campo da teoria dos movimentos sociais para poder ilustrar tal fenômeno. Não é a pretensão categorizar de maneira fixa esse fenômeno como um tipo dentre os quais a teoria dos movimentos sociais possa explicar. Mas antes, utilizar-se de explicações abrangentes de autores importantes na compreensão do ativismo social na sociedade atual. Além do mais, boa parte da literatura a respeito dos movimentos sociais não é consensual sobre a definição do que é movimento social. Isso dependerá de qual tipo de abordagem será tratada na definição de determinado fenômeno¹. Assim, movimento social ora pode ser identificado através de grupos com identidade fixa que perduram no tempo, ora como uma ação em determinado tempo-espço que se manifesta na forma de estruturas de conflito político com vozes, lideranças e ação coletiva que se posicionam contra um adversário em comum. Desta maneira, deixando os termos bem compreendidos, podemos nos aproximar de uma interpretação possível sobre o que ocorreu em Junho de 2013 não tomando como pressuposto uma categorização enrijecida sobre tal fenômeno.

2 • O ATIVISMO SOCIAL: QUESTÕES SOBRE O PODER E A COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Primeiramente, a diferença básica para explicar um fenômeno da amplitude de Junho de 2013 ou qualquer movimento social, está em separar ação coletiva de comportamento social. Este diz respeito à condição na qual grupos se encontram na dinâmica social através da explicação de um princípio metassocial. Neste sentido, leva-se em consideração variáveis macroeconômicas como posição de classe e/ou ocupação no mercado de trabalho. A ação coletiva, apesar de envolver elementos do comportamento social, é encarada como uma ação conjunta de atores ou membros de um determinado grupo que pode se expandir na medida em que essa mesma ação consiga congregiar pessoas na luta contra um adversário em comum. Desta maneira, a ação é orientada contra um poder que está inserido nas relações entre os atores, grupos e instituições.

A maneira de compreender a noção de ação coletiva está em não reduzir o conteúdo interpretativo dessa mesma ação à consciência do ator ou à “situação” social do mesmo (TOURAINÉ, 1996, p. 75). É preciso levar em consideração que

uma interpretação que preconize a ação coletiva tem que se respaldar na relação que os diversos atores têm entre si. Relações essas de poder, pois toda relação social comporta uma relação de poder (TOURAINÉ, 1996, p. 78). Assim sendo, a leitura através da qual podemos nos dirigir à sociedade leva em conta encará-la como relações de conflito entre atores, grupos, instituições, Estados.

Como afirma Alain Touraine (1996) as características que outrora definiam a sociedade industrial eram respaldadas em um conflito dialógico entre classes nas quais se opunham através da emulação de um princípio metassocial: a dicotomia capital/trabalho. Com o advento da *sociedade programada* o ponto decisivo é que “o conjunto do sistema econômico é o objecto de uma intervenção da sociedade sobre si mesma” (TOURAINÉ, 1996, p. 151). Se a sociedade industrial tinha transformado os meios de produção, a sociedade pós-industrial² modifica os fins da sua produção: a cultura. Neste sentido, o poder e a dominação são exercidos também por intermédio do simbólico. Se antes a organização social estava respaldada em sua explicação no mundo do trabalho, agora essa mesma organização social deve ser compreendida como o resultado de relações conflituais, entre forças sociais que lutam para garantir o controle dos modelos segundo os quais a coletividade organiza suas relações com o mundo. O conjunto de modelos culturais que comandam as práticas sociais veiculados através de relações que são sempre de poder.

Neste sentido, como afirma Manuel Castells,

Power is the relational capacity that enables a social actor to influence asymmetrically the decisions of other social actor(s) in ways that favor the empowered actor's will, interests, and values. Power is exercised by means of coercion (or the possibility of it) and/or by the construction of meaning on the basis of the discourses through which social actors guide their action. Power relationships are framed by domination, which is the power that is embedded in the institutions of society. The relational capacity of power is conditioned, but not determined, by the structural capacity of domination. Institutions may engage in power relationships that rely on the domination they exercise over their subjects. (CASTELLS, 2009, p. 10).

As relações de poder como algo intrínseco da sociedade é o mecanismo pelo qual as pessoas constroem e se apoderam das instituições, seja por intermédio da coerção ou pela construção de significado de manipulação simbólica. Assim, as relações de poder estão embutidas nas instituições e se manifestam

uma vez que as sociedades são conflitivas e contraditórias. Conflitivas pela luta a respeito do significado que os atores, grupos e instituições dão sobre o mundo e contraditórias pela dinâmica de sobreposição dos discursos. Desta maneira, se existe um poder capaz de dominar em uma dada sociedade existe também um contrapoder, que se manifesta na capacidade dos atores sociais desafiarem o instituído com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Se outrora, a luta pelos mecanismos de dominação estava atrelada, principalmente, ao mundo do trabalho, ou seja, aos meios de produção da vida, agora essa luta se trava, precisamente, em busca do controle do conjunto de modelos culturais que comandam as práticas sociais.

A luta fundamental pelo poder é uma batalha pela construção de significado na mente das pessoas. Esses significados são negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. Os significados têm origem nos diversos âmbitos da vida social. Para os autores da teoria da ação os significados ora são provenientes de um enquadramento estrutural (PARSONS, 2010); ora uma ação que está em torno das capacidades interpretativas do sujeito perante o mundo (WEBER, 2010); ou uma articulação entre aquilo que a academia convencionalmente chama de agencia e estrutura (DUBET, 1996; GIDDENS, 2003). Entretanto, apesar do significado ser construído em torno das capacidades do sujeito interpretar o mundo, o fato relevante é que será por intermédio da comunicação que esse significado será compartilhado. Aqui se fundamenta as bases de uma noção de ação coletiva, uma vez que a ação intencional leva em consideração a coordenação das ações dos diversos sujeitos envolvidos. Para além da comunicação interpessoal existe um processo de comunicação socializada que está inserida no domínio público (CASTELLS, 2013, p. 11). Essa comunicação se espalha pela emissão das decisões nos diversos meios de comunicação e por intermédio do engajamento das pessoas em torno de algum fato ou causa.

Na sociedade atual o poder se manifesta de forma dispersa e ocupa as diversas esferas da vida social. As diferentes experiências de participação dos sujeitos nesta sociedade não os remete para um ponto central. As participações estão envolvidas em centros de decisão separados na forma de um mosaico, mais do que uma pirâmide. Nas sociedades onde os meios massivos de comunicação e transmissão de informações não existiam na mesma amplitude que a atual, as mensagens e a comunicação estavam atreladas à troca regulada e ritualizada entre os atores. Suas mensagens tinham uma relação direta com a função social a qual cumpriam. O reconhecimento, na atual sociedade, da dissociação entre comunicação e troca deu à informação um aspecto de emissão ainda maior: a in-

formação se tornou “cada vez mais ligada à decisão, isto é, ao poder, à capacidade de programar (...)” (TOURAINÉ, 1996, p. 157).

Consequentemente, a formação de aparelhos de produção e gestão da informação na maioria dos domínios da vida social leva a uma nova concentração do poder. Se o papel intermediário da *intelligentsia* era primordial na mediação entre categorias excluídas e o sistema político, na sociedade atual, que tende a ser uma sociedade cada vez mais de massas, a mobilização aparece de forma mais generalizada de acordo com o desenvolvimento rápido das informações e das comunicações. O conflito não pode ser mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social. Ele se manifesta por toda a parte. Envolve categorias social e culturalmente excluídas, movimentos de libertação ou de afirmação reformista, grupos marginalizados e/ou extremistas, instituições do terceiro setor, sindicatos e partidos, movimentos sociais tradicionais, redes de movimentos sociais e até movimentos globais. Por isso não podemos falar em um aspecto libertador sobre os diversos movimentos sociais que se apresentam na cena pública sem deixar de nos referir também aos movimentos que lutam pela manutenção do *status quo* da sociedade, tanto quanto de movimentos em que a ausência de ação coletiva é uma ação em torno da luta por determinado reconhecimento.

Em termos categóricos, os processos de barganha entre os diversos discursos provenientes da sociedade detêm uma relação intrínseca com as instâncias institucionais. Se, de um lado, temos um mundo institucionalizado nos termos da lei e das regras que fazem com que a vida social possa se perpetuar por intermédio das estruturas. Por outro, temos um mundo permeado por relações sociais amplas que existe em um domínio público para além da comunicação interpessoal. Como afirma Castells (2013), é nesse domínio público onde também existem relações de poder que se manifestam nos meios de comunicação de massa, nas redes sociais formadas pelos diversos grupos, na autocomunicação³, na internet, nas redes sem fio e nas plataformas da comunicação digital. Ora, se as relações de poder se apresentam nesses diversos mecanismos de comunicação, o conteúdo da ação coletiva sofre uma mudança substancial no que tange à diversidade e amplitude do ato. Por um lado “a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 11). Se outrora a adesão a determinado conteúdo reivindicativo ocorria devido a uma ação orientada por valores ou convicção, onde as relações de poder tinham respaldo, por vezes, em um ícone carismático. Agora, elas ocorrem em um contexto capilarizado e tole-

rante, na medida em que a autonomia do sujeito se dá pelo consumo de ideias de extrações distintas. Por outro lado, sua amplitude se dá devido à mesma capacidade horizontal e capilar de fazer das tecnologias da informação e comunicação (TICs) instrumentos potenciais para a expansão dos acontecimentos nas manifestações.

Consequentemente, temos aí uma significativa mudança de conteúdo, pois a expansão da comunicação interativa fornece aos sujeitos participantes o entusiasmo para enveredar nas manifestações. O compartilhamento de ideias, emoções, reivindicações e esperança são os ingredientes fundamentais no apoio à ação com vistas a um objetivo. A empatia no processo de comunicação é determinada por experiências semelhantes às que motivaram o acesso emocional inicial. Assim, superar o medo e transformar a raiva em ação, devido a algum acontecimento de cunho violento com o qual os indivíduos se identificam, representa o ponto inicial para uma ação reivindicativa. Neste sentido, “quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança” (CASTELLS, 2013, p. 19).

3 • AS CARACTERÍSTICAS DO CONFRONTO POLÍTICO

como afirma Sidney Tarrow em *O Poder em Movimento*, “o confronto político surge como uma reação a mudança nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos” (TARROW, 2009, p. 27). Esses incentivos são de ordem material ou ideológico, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos.

Embora boa parte dos incentivos ocorram de forma esporádica, os atores utilizam-se de repertórios conhecidos de ação para agir de forma contenciosa: uso da imprensa, ou de mecanismos que ampliam o acesso à informação, performances, violência, boicotes, petições, barricadas e até repressão. Geralmente, o confronto pode ocorrer quando cidadãos comuns, aliados a pessoas influentes, juntam forças para fazer frente às elites, autoridades e opositores (TARROW, 2009, p. 18). O que torna uma ação coletiva de confronto também é a sua própria capacidade de ser empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições. Entretanto, em boa parte dos confrontos são as oportunidades e restrições políticas em mudança que criam incentivos para atores que não têm recursos próprios conduzirem-se a uma interação sustentada com opositores. Essa inte-

ração será cada vez mais forte na medida em que for apoiada por densas redes sociais e estimulada por símbolos culturalmente vibrantes orientados para a ação (TARROW, 2009, p. 18).

De fato, o confronto político não nasce da cabeça dos organizadores. Na maioria das vezes, esses organizadores utilizam-se do confronto para explorar oportunidades políticas, criar identidades coletivas, reunir pessoas e mobilizá-las contra oponentes mais poderosos. Por sua vez, é a mudança nas oportunidades e restrições políticas que proporciona aberturas para os diversos atores se engajarem no confronto político. Como afirma Tarrow,

Entendendo oportunidades políticas como dimensões consistentes – mas não necessariamente formais, permanentes ou racionais – da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político. (...) um conjunto de indícios de quando surgirá um confronto político, colocando em movimento uma cadeia causal que pode levar a uma interação sustentada com autoridades (...) (TARROW, 2009, p. 38-39).

Neste sentido, é importante notar que os incentivos e as oportunidades criam a tessitura necessária para o surgimento de uma cadeia causal de acontecimentos que norteiam os aspectos principais do confronto publicamente organizado. Além disso, as ações coletivas incorporam reivindicações na medida em que a dramaticidade do ato público mostra os diversos caminhos a serem abordados pelos diferentes grupos. Assim, na medida em que se aumentam as oportunidades e se expandem a informação sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, não só os ativistas mas as pessoas comuns começam a testar os limites do controle social. A consequência imediata desse processo é o que Sidney Tarrow chamou de *ciclos de confronto*:

Entendo ‘ciclo de confronto’ como uma fase do conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não-organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. (TARROW, 2009, p. 182).

Na compreensão de Tarrow, o processo de difusão nos ciclos de confronto não ocorre meramente por simples contágio social. Fator esse que preconiza as interpretações nas quais colocam boa parte dos manifestantes dentro de uma mobilização na condição de *free riders*. Para o autor, nos processos de difusão nos ciclos de confronto os atores tomam decisões, por vezes, racionais para tirar vantagens de oportunidades que foram demonstradas pelas ações de outros grupos. Isso se tratando tanto das elites políticas quanto de cidadãos comuns, grupos moderados ou grupos extremistas. O autor compreende (TARROW, 2009, p. 44), que na medida em que o ciclo se amplia os movimentos vão criando oportunidades tanto para elites quanto para grupos de oposição. As alianças podem ser formadas até entre participantes e desafiantes. No campo do controle social, as forças governamentais podem reagir através de reformas, repressão ou uma combinação entre as duas. Por sua vez, os resultados na esfera política institucional podem se demonstrar confluentes ou divergentes das reivindicações dos participantes. Isso devido ao fato dos atores terem cada vez menos controle sobre os resultados das decisões na política institucional.

Os ciclos de confronto possuem seu ápice e conseqüentemente seu declínio. O pico do confronto ocorre quando o efeito-demonstração da ação coletiva de um grupo insurgente apresenta uma variedade de processos de difusão, extensão, reação e imitação dos grupos participantes. O fluxo de informações e o alto nível de participação dos atores tem influência direta na difusão do confronto. As performances públicas e a conseqüente resposta institucional podem levar à desmobilização como também à generalização do confronto. Assim, em países não tão democráticos, onde a política de controle social atua de forma repressiva, a fase de desmobilização ocorre mais cedo do que os demais. Por sua vez, a polarização e o aparecimento de líderes dentro dos movimentos podem ser oportunidades para as elites congregar ações no sentido de institucionalizar as reivindicações em agendas políticas futuras. Entretanto, competidores mais radicais utilizam-se de táticas de confrontação para poder retomar o apoio de militantes e evitar recaídas (TARROW, 2009, p. 190).

4 • INTERPRETANDO UM CONFRONTO: AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO/2013

4.1. O CENÁRIO ANTERIOR: A QUESTÃO URBANA E O MPL

Talvez o ponto primordial para as manifestações que ocorreram em Junho de 2013 no Brasil não seja necessariamente a internet, mas antes a constatação de que problemas que envolvem a vivência nas cidades mereciam total atenção

dos cidadãos. Não queremos dizer com isto que o pressuposto seria então negar todo o arcabouço erigido em torno das redes sociais como instrumentos de ação coletiva. O que se pretende colocar em voga é que a intensificação das manifestações, via redes sociais, se deu pela paulatina percepção de que a vida nas cidades, principalmente nas grandes metrópoles, tornou-se insuportável na medida em que modelos de crescimento e desenvolvimento econômicos e sociais a nível nacional não foram acompanhados por um planejamento e negociações a nível local. O país que galgou degraus importantes nos últimos dez anos não conseguiu estabelecer uma consonância entre as ações operadas via instância nacional e local. A dissonância demonstrou a incapacidade tanto de governos locais, ainda que também em âmbito nacional, de negociar frente ao grande capital as direções das políticas de infraestrutura e planejamento dos espaços urbanos. Ainda que o desenvolvimento em áreas de grande importância representou um avanço na distribuição das políticas sociais, as acusações em torno dos processos licitatórios que envolveram empreiteiras e governos demonstrou, por outro lado, a incapacidade dos governos de implementar, frente ao grande capital, políticas plausíveis de desenvolvimento urbano.

A consequência, por sua vez, foi o progressivo e desenfreado aumento nos serviços de transporte urbano, tanto quanto o crescimento descomunal e desordenado das habitações nestes mesmos espaços. Para cada habitante, morar em um apertado apartamento nos enormes centros do país e com um dispêndio de dinheiro referente a boa parte de sua renda, somava-se ao mesmo a locomoção e o transporte. Anexado a este fator, as populações que historicamente foram sobapadas para a periferia viviam com problemas piores, multiplicando-se aí a falta de política de organização em suas áreas de ocupação. Como afirma Ermínia Maricato, a terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário, os despejos violentos foram retomados e a desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades (MARI-CATO, 2013, p. 21-21). À esse panorama somava-se a vivência recorrente da violência legal operada via Estado, um problema que assola a sociedade brasileira há tempos.

O começo de tudo tem uma relação muito forte com o surgimento do Movimento Passe Livre (MPL). Mas, se se acredita que o Movimento Passe Livre possui uma grande influência nesse contexto, devemos, porém, atentar que o desenvolvimento de protestos em que a temática da mobilidade urbana foi a pauta principal está em voga pelo menos desde 2003. Primeiro em Salvador, ainda no ano de 2003, com a intitulada “Revolta do Buzu”. Depois com a fundação

do MPL-Brasil⁴ na cidade de Porto Alegre durante o Fórum Social Mundial de 2005. Desde então os protestos que se seguiram apareceram com poucas nuances durante os noticiários e na imprensa. Mas, por outro lado a necessidade de manifestação provocada pelo MPL sempre se fez presente desde 2005, passando em branco somente o ano de 2007.

Entretanto, em abril de 2013 o MPL conseguiu dar vazão a um protesto que reuniu cerca de seis mil pessoas na cidade de Porto Alegre. O ponto principal de reivindicação foi a revogação do aumento da passagem do transporte coletivo na capital. Seu efeito não teve como meta atrelar tal movimento a alguma liderança política, nem mesmo restringir-se à cidade de Porto Alegre. Para se ter ideia, em janeiro do mesmo ano lutas também foram organizadas na região metropolitana de São Paulo. A proposta do movimento era expandir sua atuação sobre as diversas cidades do país que vivenciavam o aumento abusivo das passagens de transporte, acusando a má qualidade dos serviços prestados pelas empresas licenciadas e propondo um transporte coletivo gratuito e de boa qualidade. Como afirma o MPL-SP,

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes nem respondem a qualquer instância externa superior. (MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Ao mesmo tempo que propunha um trabalho de ultrapassagem das formas de organização já estabelecidas em boa parte dos movimentos sociais, apontava como ponto nodal para toda a discussão da estrutura social urbana a questão do transporte coletivo. A estratégia de paralisação das atividades urbanas por intermédio da ocupação das ruas, principalmente nos horários de pico, forneceu as oportunidades a serem exploradas pelo movimento para tornar pública sua ação. De acordo com o MPL-SP, “a experiência da ação direta da população por meio de assembleias horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional.” (MPL-SP, 2013, p. 15).

A projeção do MPL a nível nacional foi reflexo de sua atuação ao levantar, juntamente com a pauta do transporte coletivo, uma crítica referente à forma como as políticas são geridas e colocadas em práticas nas cidades do país. A observância de que alguns governos revogaram o aumento das passagens, como foi no caso de Porto Alegre, trouxe um cenário de otimismo para a ação coletiva e as demais empreitadas nacionais. Por outro lado, a experiência da ação direta na utilização das redes sociais como forma de expansão e congregação de pessoas formando um bloco horizontal e compartilhado de manifestações foi um ponto decisivo no processo de mobilização. A cada clique e a cada possibilidade de participação na rede poderia se traduzir em uma possível ação futura no ambiente citadino. Os jovens, aos quais as políticas de transporte coletivo afetavam em grande medida, viram na possibilidade de ação o atendimento de suas reivindicações. Entretanto, se podemos colocar um divisor de águas que separa as esporádicas manifestações anteriores empreendidas pelo MPL da mobilização em massa de junho de 2013 é a amplitude e o surgimento de diversas pautas de reivindicações, as quais não se restringiam somente à questão urbana.

4.2. O INÍCIO DE UM CICLO DE CONFRONTO

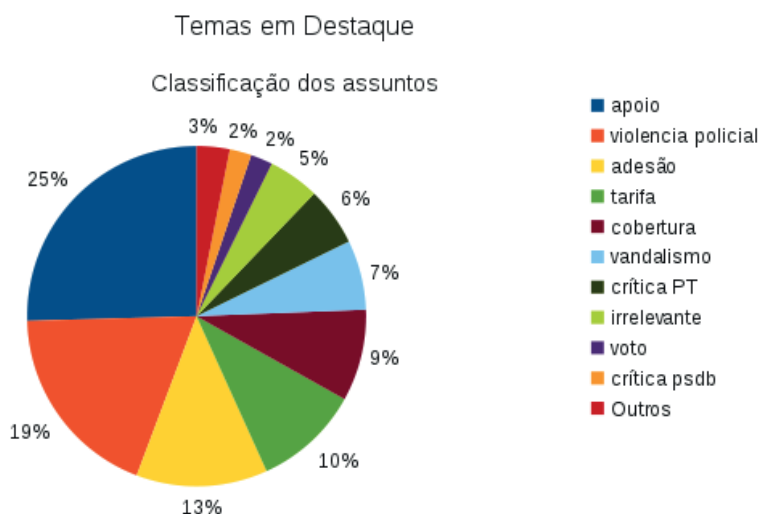
Apesar de Porto Alegre ser um caso elucidativo, é preciso salientar que as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus ocorreram também em São Paulo, Goiânia e Manaus. Em Manaus o aumento de R\$ 0,25 (de R\$ 2,75 para R\$ 3,00) levou jovens, principalmente estudantes universitários, às ruas para reivindicar o preço da passagem de ônibus no dia 30 de março. Em Goiânia o aumento na tarifa somou-se ao atraso dos ônibus no decorrer do mês de maio. Em São Paulo, por sua vez, no dia 24 de maio foi decretado o aumento da tarifa em R\$ 3,20. Esse aumento levou à organização, por parte do MPL-SP de três manifestações no decorrer dos dias 27, 28 e 29 do mesmo mês. Consequentemente, semelhante às três capitais acima listadas, no dia 30 de maio 11 capitais reajustaram a tarifa do transporte coletivo. O panorama não poderia ser mais incitante no que tange à indignação da população, o que se deu em diante foi o estopim para o começo das manifestações em massa.

Tanto em São Paulo quanto em Goiânia a ação da Polícia Militar (PM) foi no sentido de conter as manifestações por intermédio da ação violenta. No Rio de Janeiro, um protesto organizado no dia 6 de junho gerou reclamações de truculência tanto por parte da PM quanto por parte dos manifestantes. Em São Pau-

lo, ainda no dia 6 de junho, cerca de 5 mil pessoas fecharam a Avenida Paulista dando início a mais um confronto com a polícia. A ação de repressão ocasionada pela PM foi reforçada, no dia 7 de junho, pelo Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin ao declarar que tal ação era legítima e que o bloqueio de vias públicas, por parte dos manifestantes, era caso de polícia. A resposta institucional colocou lenha na fogueira dos manifestantes e o estopim da mobilização em massa estava ganhando forma e conteúdo.

As oportunidades encontradas pelos manifestantes estavam agora além das reivindicações contra o aumento das tarifas de ônibus. Somava-se ao ambiente: a resposta institucional por intermédio da PM na repressão dos protestos e a incapacidade de diálogo por parte dos governantes. As acusações dos políticos contra os manifestantes e a tentativa de manutenção do aumento das tarifas de ônibus impulsionavam a ação dos atores de permanecer nas ruas bloqueando as vias de acesso e demonstrando aos demais cidadãos a necessidade de se envolver nas manifestações. A persistência dos protestos logo tomou forma nas conversas corriqueiras do dia-a-dia e ganharam um ambiente de amplo debate na internet. Em pesquisa⁵ publicada pelo site #interagentes: comunicação digital e ações em rede, verificou-se a adesão dos temas referentes às manifestações por parte dos usuários do Facebook como ilustra a Figura 1:

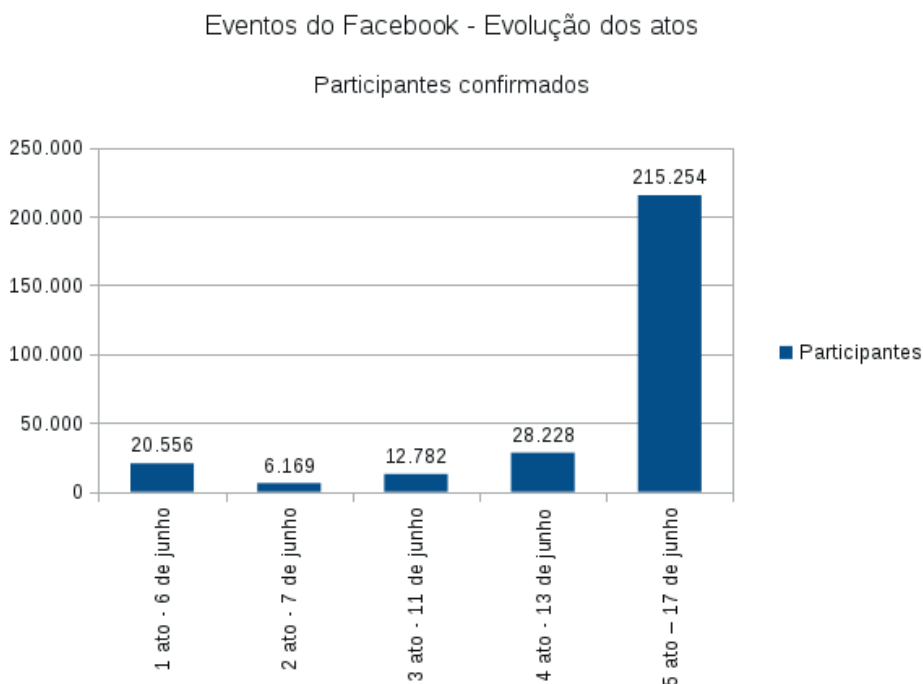
FIGURA 1 - TEMAS EM DESTAQUE NO FACEBOOK DURANTE O PRIMEIRO DIA DE ATO



Fonte: <http://interagentes.net>, 11 de Julho/2013.

O apoio à mobilização teve a maior porcentagem (25%) perante os demais temas. Seguido da violência policial (19%) e da adesão ao movimento (13%). Esses três fatores unidos demonstram, de certa maneira, a capacidade das redes sociais serem mecanismos que possibilitam o engajamento nas mobilizações. Fica nítido, contudo, um número expressivo de apoio à manifestação por parte dos usuários da rede social. A troca de informações possibilitada pela internet apresentou também variações de opiniões as mais diversas, como a crítica aos partidos que são oposição na agenda política atual, PT e PSDB. O engajamento social ganhava adesão à medida em que eventos criados no Facebook funcionaram como canal privilegiado de articulação de ativistas e movimentos. Por sua vez, a composição heterogênea dos participantes era fruto da construção capilarizada das diversas narrativas e discursos provenientes das redes sociais. Na Figura 2 é possível observar a evolução dos atos por intermédio da confirmação dos eventos no Facebook:

FIGURA 2 - EVOLUÇÃO DOS EVENTOS CONFIRMADOS NO FACEBOOK



Fonte: <http://interagentes.net>, 17 de Junho/2013.

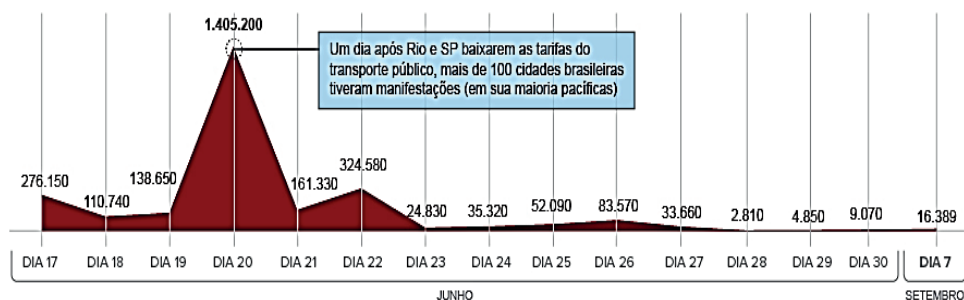
A partir do quinto ato observou-se um aumento expressivo das confirmações nos eventos criados no Facebook. O número saltou de 20 mil participantes no primeiro ato para 200 mil no quinto ato. Conseqüentemente, esses eventos foram primordiais na sua relação com o que ocorreu nas ruas. O ciclo de confronto se expandiu, ocasionado principalmente pelas redes sociais. O engajamento das pessoas começava a dar nuances para além da reivindicação da tarifa de ônibus. A violência policial somava-se ao discurso propagado pela grande mídia, acusando parte dos manifestantes como vândalos por promoverem a bagunça (7%), como apresentado na Figura 1. Essa acusação foi sendo desmistificada através dos veículos de comunicação alternativos, os quais faziam a transmissão em tempo real dos protestos e colocavam em escrutínio os discursos dos grandes veículos midiáticos⁶. As repressões aos protestos, por parte da polícia, com o uso intensivo de balas de borracha, aumentou o número de feridos e trouxe à tona a emblemática foto da jornalista Giuliana Vallone da Folha de São Paulo ferida no rosto. A violência desmedida foi acusada pelos veículos de comunicação alternativos o que juntaram contingente para a expansão e difusão do confronto.

De fato, o efeito demonstração da ação coletiva teve seu pico no dia 20 de junho. Em gráfico⁷ demonstrado na Figura 3 é perceptível ver o aumento expressivo do número de manifestantes que foram às ruas:

FIGURA 3 - NÚMERO DE MANIFESTANTES QUE FORAM ÀS RUAS

Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês
Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NitTrans

Apesar da crença de que a repressão policial iria diminuir o número de manifestantes nas ruas, o efeito foi contrário: a violência não intimidou os manifestantes e acabou sendo um dos vários motivos pelos quais eles foram impul-

sionados a ir às ruas. Agora não era só o MPL que daria vazão à mobilização em massa: a heterogeneidade das narrativas provenientes dos espaços virtuais veio compor um número sem fim de pautas e atores sociais que reivindicavam sem um ponto de inflexão, ou uma agenda em comum.

Os respingos dos protestos iniciais atingiam a periferia do país. Isso reforçou o fato do dia 20 de junho ser tão basilar e extraordinário para a mobilização em massa. De uma proto-participação proporcionada pelas discussões na internet, as ruas foram tomadas por uma avalanche de reivindicações com um teor exclamativo, mas pouco propositivo. Como afirma José Eisenberg,

De seus computadores e celulares, estes modos de quase-participação geram exatamente isto: quase ação coletiva. No entanto, a partir do momento em que se deflagram iniciativas de levar estas agendas múltiplas para um mesmo contexto e local de mobilização, o que antes era precário do ponto de vista da participação torna-se surpreendentemente potente. Munidos de celulares que funcionam como verdadeiros rádios para comunicação instantânea, de mapas que organizam o território, e de informação jornalística em tempo real, os novos atores sociais encontram-se no local proposto quase de súbito, quase sem querer, sem sequer um carro de som, e ali cada agenda se faz vocalizar no gesto intempestivo de escrever sua reclamação em um pedaço de cartolina. O coletivo reunido da praça pública descobre, ali e na hora, que não tem pauta unificada. Não consegue decidir se isto é bom ou ruim. E desta mobilidade ideológica emerge um sem número de líderes pontuais e enfraquecidos pela sua agenda localizada, que não necessariamente transforma as mobilizações em manifestações acéfalas. (EISENBERG, 2013, p. 11-12).

Se o problema inicial era o preço na tarifa, agora os manifestantes levavam às ruas inúmeras reivindicações, desde os problemas com os gastos dos megaeventos (Copa das Confederações/2013, Copa do Mundo/2014 e Olimpíadas/2016), passando por questões relacionadas à corrupção, melhorias na saúde, educação, crise na representação política e o consequente apartidarismo político. De acordo com Marco Aurélio Nogueira,

A natureza não partidária dos protestos teve, porém, uma dimensão virtuosa: ao se afastarem de partidos, receberam forte adesão popular e não puderam ser instrumentalizados politicamente, o que prejudicou especialmente os setores mais conservadores, desejosos de encontrar meios de atacar o governo Dilma.

Desse ponto de vista, as ruas foram mais políticas do que os partidos, ainda que não tenham se convertido em sujeitos políticos. (NOGUEIRA, 2013, p. 51).

Como observa Nogueira (2013), durante os protestos poucos foram os políticos que vieram a público falar sobre as manifestações. De um lado, por medo dos discursos não serem bem sucedidos e se tornarem virais na internet com tons de deboche e, assim, serem prejudiciais à carreira política. Por outro, os políticos que foram a público falar sobre as manifestações questionaram o caráter violento de alguns grupos, como foi o caso dos governadores do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, Sérgio Cabral Filho e Geraldo Alckmin, e o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes.

O efeito institucional após o pico do dia 20 foi observado entre os dias 21 e 28 de junho. No dia 21 a Presidenta da República Dilma Rousseff foi à televisão falar sobre as manifestações, cujo discurso apontou a elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana, a destinação de cem por cento dos recursos do petróleo para a educação e a importação imediata de milhares de médicos do exterior para ampliar o atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Além dos pontos desenvolvimentistas, foi salientada a construção de uma ampla e profunda reforma política que ampliasse a participação popular. Os temas levantados pela presidenta no discurso do dia 21 de junho uniram-se aos 5 pactos nacionais⁸ propostos em reunião com os governadores e prefeitos de capitais no dia 24 do mesmo mês. Consequentemente, no dia 25 foi aprovado na Câmara dos Deputados a destinação dos royalties do petróleo para a educação (75%) e a saúde (25%). No dia 26 o Senado aprovou a corrupção como crime hediondo (PL 5.900/2013).

Se o pico dos protestos teve uma relação muito grande com os acontecimentos institucionais posteriores, essa relação foi observada também no recuo institucional que se deu perante o indeferido da PEC 37/2011 no dia 26 de junho, e do arquivamento do projeto “cura gay” (PDC 234/2011) no dia 02 de julho. De fato, a institucionalidade percebeu que no limiar das manifestações qualquer avanço que nadasse contra a garantia de direitos fundamentais sofreria retaliação por parte dos manifestantes. Por mais que a produção legislativa fosse sensível às manifestações, no decorrer dos dias os protestos foram diminuindo a frequência e o número de manifestantes como nos demonstrou o gráfico da Figura 3. Uma ressalva é dada ao dia 11 de julho quando todas as centrais sindicais foram às ruas compondo a força do setor organizado da sociedade da sociedade civil. Como afirmou Adalberto Cardoso (IESP-UERJ), “não colocaram um milhão de

pessoas nas ruas. Mas mostraram que continuam ativas, e que são capazes de causar prejuízos à economia e aos poderes públicos (...)” (CARDOSO, 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS CONSEQUÊNCIAS DE JUNHO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

5.1. O INFLUXO/REFLUXO DAS MOBILIZAÇÕES

Uma característica intrínseca do ativismo social dos últimos tempos é seu caráter eventivo de participação. Por mais que se exija objetividade na condução das pautas levantadas pelos manifestantes, suas reivindicações permanecerão sempre no espectro amplo da seara de proposições existentes na sociedade. Neste sentido, ainda que o problema urbano seja de grande importância para a vivência coletiva, os pedidos dos manifestantes, principalmente aqueles que foram às ruas no dia 20 de junho, visavam um sistema democrático amplo que fosse sensível às vozes da sociedade. A motivação encontrada na intensificação do ciclo de confronto estava em afirmar valores democráticos, como a igualdade, a liberdade de participação e a garantia de direitos. Valores traduzidos nas bandeiras que pediam por melhor educação e saúde, e a crítica contida na crise de representatividade política. A dissonância, porém, foi o teor discriminatório para com os setores organizados da sociedade, discriminação essa proveniente de grupos que se intitulavam apartidários. Apesar de tal ação demonstrar a insatisfação dos insurgentes com a política institucionalizada, por outro lado, reforçou a incapacidade de tais grupos de lidar com as pluralidades democráticas. Esse fenômeno foi importante para entender como a polarização ideológica veio a compor as manifestações no final daqueles dias de protestos.

O esvanecimento das ruas e a diminuição dos protestos acusou, de forma contundente, esse caráter eventivo da participação atual. O que se deu depois de junho foi a permanência dos setores organizados da sociedade nas ruas, de forma menos frequente. E essa permanência continuou durante a realização da Copa do Mundo/2014. O contágio oferecido por junho foi a possibilidade de que tornar pública sua reivindicação poderia trazer conforto político, uma vez que o esforço da participação não exigia um dispêndio tão grande com a política. Contundentemente, a retórica da mobilização em massa permaneceu esvaziada de objetivos concretos. Teria a resposta dada pelo Executivo minado as possibilidades de novas revoltas? Não se sabe, porém, se isso foi efeito dos planos de

investimento promovidos pela presidenta. O fato é que neste mesmo período a popularidade do governo oscilou, mas não significou perda expressiva de sua base eleitoral. Ainda que a polarização no final dos protestos aguçara a corrida eleitoral no pleito de 2014.

Por sua vez, o discurso propagado pelos grandes veículos de comunicação contra as performances violentas ganhou respaldo pela população e acabou desmotivando os atores sociais para novas empreitadas. O aparecimento dos black blocs e suas performances tachadas de violentas ganharam destaque na grande mídia e, por mais que os discursos dos meios de comunicação alternativos procurassem esclarecer a ação de alguns grupos, a acusação permanecia pelos setores conservadores da sociedade como forma de desmoralizar o movimento. O que se deu foi também a retirada do MPL dos protestos como consequência da entrada de pautas consideradas conservadoras dentro do movimento, como a criminalização do aborto e a redução da maioria penal. Entretanto, apesar dessa retirada de cena do MPL outros movimentos sociais tradicionais continuaram com os protestos periódicos, apoiando, também, as greves provenientes de alguns setores da sociedade, como foi o caso da greve da educação do Estado do Rio de Janeiro em agosto de 2013. Dentre tudo, o panorama se manteve estável com levantes importantes provenientes principalmente de movimentos sociais organizados que tinham, no entanto, pouca visibilidade. Por outro lado, dentro da política institucionalizada, partidos de pouca expressão começaram a construir agendas em torno das manifestações. A referência ao levante de junho pode significar uma oportunidade a ser explorada pelas elites políticas, mas a resposta será dada somente após as eleições em outubro de 2014.

5.2. À GUIA DE CONCLUSÃO

Junho de 2013 teve significação para a sociedade brasileira como um todo. Tanto pelo seu aspecto social-político quanto acadêmico. Desde as conversas corriqueiras do dia-a-dia até as discussões mais acirradas na academia, todos tentavam dar a sua parcela de interpretação do fenômeno e promover um debate democrático. Devido ao seu caráter de novidade, a tentativa de uma interpretação sobre o fenômeno foi buscada a todo instante. O fato era que todos queriam dar a sua parcela de contribuição para o entendimento daquele momento. O presente artigo não fugiu deste panorama: procurou colocar em discussão a forma com a qual o ativismo social se comporta na contemporaneidade e as características do

confronto político. Atentando sempre à necessidade de deixar claro a explanação teórica sobre o assunto e os possíveis pontos de inflexão entre teoria e realidade.

Com efeito, ainda que as manifestações de junho de 2013 aparecessem com um caráter de novidade na cena política brasileira, podemos dizer que ela inaugurou um novo ciclo de protestos no Brasil. Este ciclo foi intensificado pela necessidade combativa dos manifestantes em acusar o sistema político e pela profusão da ação coletiva. A resposta do sistema político, ainda que precária e falha, foi uma maneira de reconfigurar uma agenda que atendesse as reivindicações da população. Uma agenda muito específica, dado o contexto estrutural das crises que o país vinha administrando. O destaque a ser feito é que unidos de uma forma relativamente nova de propagação da ação coletiva, os manifestantes puderam fazer com que pessoas comuns, que até então não se identificavam com suas reivindicações, viessem a fazer parte do contexto de participação. Certamente, isso marcou uma nova fase nos protestos que veio a dividir o público em um momento posterior. Neste sentido, as eleições do ano de 2014 representaram, marcadamente, uma divisão de conteúdos reivindicativos e projetos sociais amplamente diferentes em suas agendas desenvolvimentistas. Neste contexto, apareceram movimentos conservadores/liberais que tinham como proposta uma agenda conservadora e diametralmente oposta ao que os diversos movimentos sociais lutavam nos últimos anos dentro da política brasileira. Esses movimentos conservadores/liberais iniciaram um conjunto de protestos que se estenderam no decorrer dos anos de 2014 e 2015, com consequências políticas importantes para a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 49-86.

BRASIL. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com governadores e prefeitos de capitais**. Data: 24/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo 234/2011**. Data: 02/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Data: 21/06/2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Proposta de Ementa Constitucional 37/2011**. Data: 08/06/2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507965>>. Acesso em: 15/07/2014.

BRASIL. **Projeto de Lei 5900/2013**. Data: 05/07/2013. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=583945>. Acesso em: 15/07/2014.

CARDOSO, Adalberto. **Centrais sindicais se fizeram ouvir no país**. Data: 12/07/2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/artigo-centrais-sindicais-se-fizeram-ouvir-no-pais-9021780>>. Acesso em: 15/07/2013.

CASTELLS, Manuel. **COMUNICATION POWER**. Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DUBET, François. **Sociologia da experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

EISENBERG, José. **A Crise da Mobilidade Social Brasileira**. Boletim CEDES – Julho-Setembro, 2013. p. 10-13.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações de rua**. 1. ed. São Paulo: Prata Editora, 2013.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA**. Cad. CRH[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, vol.16, n.47, pp. 333-361.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio [et al]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! p. 19-26. *In*: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. **Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo**. p. 13-18. *In*: MARICATO, Ermínia; [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. Vol. I e II.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor: ensaio sobre sociologia**. Lisboa. Instituto Piaget, 1996.

WEBER, Max. **Conceitos sociológicos fundamentais**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

NOTAS

¹Para melhores explicações ver: ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 49-86; GOHN, M. da Glória. ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. Cad. CRH[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455; GOHN, M. da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Rev. Bras. Educ. [online]. 2011, vol.16, n.47, pp. 333-361.

²De acordo com Touraine, sociedade programada e sociedade pós-industrial se assemelham na medida em que está na capacidade de ambas em “criar modelos de gestão da produção, da organização, da distribuição e do consumo, de sorte que tal sociedade surge a todos os seus níveis de funcionamento não como sendo o produto de leis naturais ou de especificidades culturais, mas de uma ação exercida pela sociedade sobre si mesma, de sistemas de ação social.” (TOURAINE, 1996, p. 151).

³“(...) uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital” (CASTELLS, 2013, p. 11).

⁴Em seu site <http://www.mpl.org.br> o MPL disponibiliza ao público sua história e demais objetivos do movimento. Uma cronologia resumida do movimento pode ser encontrada em MARICATO, Ermínia [et al.]. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. – São Paulo: BOITEMPO: Carta Maior, 2013 - p. 18.

⁵A pesquisa completa, juntamente com outras pesquisas sobre as redes sociais, podem ser acessadas no site <http://interagentes.net>. Neste site encontram-se a exposição metodológica e a análise das redes sobre o mesmo período.

⁶A mídia Ninja foi o grande confrontador dos discursos provenientes da grande mídia. Sua transmissão em tempo real demonstrava que a questão da violência era também o efeito de ações promovidas pelos policiais durante às manifestações. Ver: <https://www.facebook.com/midia-NINJA>.

⁷Esse gráfico pertence a uma catalogação dos protestos de acordo com as notícias divulgadas pelo portal G1, disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

⁸Foram eles: 1) responsabilidade fiscal, estabilidade da economia e controle da inflação; 2) ampla e profunda reforma política, convocação de um plebiscito popular e combate à corrupção; 3) acelerar investimentos na saúde e interiorização da saúde; 4) transportes e; 5) educação. Ver: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-reuniao-com-governadores-e-prefeitos-de-capitais>>.